

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- No seu caderno de provas, caso haja item(ns) que avalie(m) **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- PROVAS OBJETIVAS --

### -- CONHECIMENTOS GERAIS --

Nos últimos anos, uma das tendências mais surpreendentes das ciências sociais pode ser descrita como a descoberta da ignorância. À primeira vista, parece bizarra a escolha desse objeto de estudo, pois há mais de trinta anos nos dizem que vivemos numa sociedade do conhecimento. Está cada vez mais claro, entretanto, que hoje vivemos também numa sociedade da ignorância, em que, de fato, sabemos pouco sobre as doenças, o meio ambiente e o funcionamento dos negócios e da política.

Essa desconfortável tomada de consciência nos coloca um desafio. Como estudar a falta de conhecimento? Uma das respostas tem sido examinar as práticas correntes de ocultação de informações ou circulação de *fake news*, descrevendo essas atividades como exemplos da construção, produção ou fabricação da ignorância, quando, por exemplo, encobrem calamidades ou defendem que determinada droga não tem efeitos colaterais perigosos. Seria mais preciso falar de manutenção do que de produção da ignorância.

Outra resposta a esse novo desafio seria estudar a história social da ignorância, perguntando quem ignora o quê em dado lugar e em dada época, quais são as causas dessa ignorância e, acima de tudo, que consequências ela produz. A humanidade nunca soube tantas coisas como hoje, mas cada indivíduo tem conhecimento apenas de uma parte ínfima desse saber. Quanto mais se tem a saber, mais se pode ignorar.

Peter Burke. A ignorância na política. E a política da ignorância. *Revista Piauí*, ed. 168, 2020. Internet: <<https://piaui.folha.uol.com.br>> (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, a respeito das ideias e estruturas linguísticas do texto precedente.

- 1 No segundo período do primeiro parágrafo, a substituição de “bizarra” por **bizarro** comprometeria a correção gramatical do texto.
- 2 O termo “desconfortável”, no primeiro período do segundo parágrafo, veicula um juízo de valor do autor a respeito da “descoberta da ignorância”, tratada no parágrafo anterior.
- 3 De acordo com o texto, vivemos em uma “sociedade da ignorância” porque o conhecimento individual não é idêntico ao conhecimento acumulado pela humanidade em geral, conseqüentemente, as pessoas não sabem tudo sobre todos os assuntos.
- 4 Entende-se do texto que o conceito de “sociedade do conhecimento” perdeu por mais de trinta anos, até a sua substituição pela chamada “sociedade da ignorância”, recém-descoberta.
- 5 Segundo o texto, o estudo da história social da ignorância envolveria descobrir as pessoas que ignoram algo em determinado espaço e em determinada época, o objeto da ignorância dessas pessoas, as causas dessa ignorância e seus efeitos.

- 6 No último período do segundo parágrafo, a oração “falar de manutenção” funciona como complemento do termo “preciso”, que está empregado como adjetivo no referido período.
- 7 As orações que formam o último período do texto estão coordenadas com base em uma relação semântica de contraste.

A vida em sociedade trouxe para os seres humanos um aprendizado extremamente importante: não se poderiam resolver todas as questões pela força, era preciso usar a palavra para persuadir os outros a fazer alguma coisa. Por isso, o aparecimento da argumentação está ligado à vida em sociedade e, principalmente, ao surgimento das primeiras democracias.

Todo discurso tem uma dimensão argumentativa. Alguns se apresentam como explicitamente argumentativos (por exemplo, o discurso político, o discurso publicitário), enquanto outros não se apresentam como tal (por exemplo, o discurso didático, o discurso romanesco, o discurso lírico). No entanto, todos são argumentativos: de um lado, porque o modo de funcionamento real do discurso é o dialogismo; de outro, porque sempre o enunciador pretende que suas posições sejam acolhidas, que ele mesmo seja aceito, que o enunciatário faça dele uma boa imagem.

José Luiz Fiorin. *Argumentação*. 2.<sup>a</sup> ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora Contexto, 2022, p.11 (com adaptações).

Considerando as ideias e os aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens a seguir.

- 8 No último período do texto, as formas pronominais “suas” e “ele” são elementos de coesão referencial que remetem à expressão “o enunciador”.
- 9 No texto, o autor atesta a importância da argumentação na vida em sociedade e principalmente nas relações democráticas.
- 10 O texto se caracteriza como predominantemente dissertativo-expositivo.
- 11 O emprego do presente do indicativo no segundo parágrafo do texto sinaliza que as ações apresentadas tiveram início no passado e se estendem até o momento atual.
- 12 Ao empregar o vocábulo “se” em “não se poderiam resolver todas as questões pela força” (primeiro período do texto), o autor, ao mesmo tempo, indetermina o sujeito gramatical da oração e omite o agente responsável pela ação expressa pelo verbo “resolver”.
- 13 Em “à vida” (segundo período do primeiro parágrafo), é facultativo o emprego do acento indicativo de crase no vocábulo “à”.

Back in October 2011, Stanford professors launched three free online courses, open to the public. One by one, these courses went massive, with enrollments topping 100.000 students each. Soon the media was calling these courses MOOCs, short for massive open online courses.

Since then, more than 1.200 universities around the world have launched free online courses. In addition to the larger global MOOC platforms, many national governments around the world have launched their own country-specific MOOC platforms, including India, Italy, Israel, Mexico and Thailand.

After a decade of popularization, in 2021, over 220 million students had signed up for at least one course on one of these platforms, and 40 million did so in 2021 alone. MOOCs and MOOC platforms are still growing, even after the crazy “Year of the MOOC” prompted by the pandemic and travel restrictions.

At Class Central, we try to catalog as many MOOCs as possible, and our listing currently includes more than 150.000 of them, from MOOC platforms and other online learning platforms. But due to limited resources, we cannot index every single one. If you’re looking for MOOCs from around the world, this list is our best attempt to catalog all different MOOC platforms that are out there.

Internet: <<https://classcentral.com>> (adapted).

Keeping in mind the ideas expressed above and the linguistic aspects of the text, judge the following items.

- 14 The verb “prompted” (in the second sentence of the third paragraph) conveys the same idea as **restrained**.
- 15 The text can be described as an introduction to a definitive list of countries that offer MOOCs.
- 16 According to third paragraph of the text, more than 220 million students registered on MOOC platforms during the so called “Year of the MOOC” — 2021.
- 17 The phrase “short for massive open online courses” (in the last sentence of the first paragraph) can be correctly replaced with **which stands for massive open online courses**.
- 18 It is correct to conclude from the text that the total number of students who signed up for the three free online courses offered by Stanford in 2011 was higher than 300.000.

Julgue os itens a seguir de acordo com o Decreto n.º 9.235/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

- 19 O Decreto n.º 9.235/2017 determina que o prazo de validade dos atos autorizativos é de dois anos, contados da data de publicação do ato.
- 20 Os atos administrativos de credenciamento e reconhecimentos de instituições de educação superior (IES), bem como os de autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores, são atos autorizativos.
- 21 As funções de supervisão e de avaliação da educação superior devem ser exercidas obrigatoriamente em regime de cooperação com os sistemas de ensino distrital, estaduais e municipais.
- 22 O arquivamento do processo regulatório por iniciativa da instituição de educação superior implica renúncia à sua análise, não podendo ser desarquivado tal processo.

Julgue os itens a seguir, a respeito de agências de fomento.

- 23 Cabe ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para pós-graduação.
- 24 A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação pública vinculada ao Ministério da Educação, tem o papel de estimular a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de nível superior, a fim de atender exclusivamente à demanda do setor público.
- 25 Cabe ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) credenciar instituições para, nos termos da legislação em vigor, importar bens com benefícios fiscais destinados a atividades diretamente relacionadas com pesquisa científica e tecnológica.

Com base na Resolução CNE/CES n.º 1, de 25 de julho de 2022, julgue o item a seguir.

- 26 Universidades brasileiras regularmente credenciadas, públicas ou privadas, poderão revalidar diplomas de graduação obtidos no exterior, desde que ofereçam curso reconhecido do mesmo nível e área ou equivalente.

À luz da Lei n.º 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), julgue os itens seguintes.

- 27 Uma das finalidades da educação superior é sua aproximação com a educação básica, e, para isso, a educação superior deve atuar na formação e capacitação de profissionais, na realização de pesquisas pedagógicas e no desenvolvimento de atividades de extensão, buscando-se, com isso, contribuir com a universalização e o aprimoramento da educação básica.
- 28 Além dos cursos e programas de extensão, de pós-graduação e de graduação, a educação superior também abrange cursos sequenciais por campo de saber, os quais se destinam àqueles que tenham concluído o ensino médio ou equivalente.

A respeito da educação a distância, julgue os itens subsequentes.

- 29 Cabe ao Ministério da Educação, em articulação com os sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, autorizar instituição de educação a ofertar, na modalidade a distância, cursos de ensino fundamental, ensino médio, educação profissional técnica de nível médio, educação de jovens e adultos ou educação especial.
- 30 Somente será permitido o credenciamento de instituição de ensino superior privada para oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade a distância se a instituição mantiver também a oferta de curso de graduação a distância.

Em relação ao conceito de política pública, julgue os itens a seguir.

- 31 No âmbito do conceito de política pública, o termo política refere-se à atividade humana ligada à obtenção e à manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o ser humano.
- 32 Política pública pode ser corretamente definida como o que o governo escolhe fazer ou não fazer, com vistas a mitigar um problema público.

No que se refere às tipologias e às fases das políticas públicas, julgue os itens subsequentes.

- 33** A fase conhecida como identificação do problema se caracteriza por um conjunto de problemas ou temas relevantes que integram a pauta política atual e que merecem ser foco da ação governamental.
- 34** A fase de avaliação de uma política pública é relevante para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e dos instrumentos de ação pública.
- 35** Políticas distributivas, tais como regras para a segurança alimentar, são aquelas que estabelecem padrões de comportamento, serviço ou produto para sujeitos públicos e privados.

Determinada fundação pública federal pretendia realizar compra de produto de limpeza mediante contratação pública orçada em valor inferior a cinquenta mil reais. Para tanto, a autoridade competente da fundação decidiu realizar contratação direta por inexigibilidade de licitação. Uma empresa interessada na contratação apresentou recurso à instância superior daquela autoridade, alegando não se tratar de hipótese de inexigibilidade. A autoridade superior acatou o recurso da empresa, por entender não haver previsão legal de contratação direta no caso, e revogou a decisão do subordinado.

A partir da situação hipotética precedente, julgue os itens que se seguem.

- 36** Por expressa previsão legal, a decisão que declarar a inexigibilidade de processo licitatório deverá ser motivada, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.
- 37** As fundações públicas são órgãos despersonalizados da administração pública indireta e seus atos são administrativos.
- 38** O endereçamento do recurso à instância superior foi adequado, uma vez que os recursos administrativos devem ser dirigidos ao superior da autoridade subordinada que editou o ato.
- 39** No caso, a revogação da decisão do subordinado consiste no obrigatório desfazimento do ato administrativo pela administração pública em virtude da constatação de vício de legalidade.
- 40** A decisão da autoridade competente de realizar contratação direta por inexigibilidade de licitação destoa do regramento legal em vigor, porquanto ao caso não se aplica a hipótese de inexigibilidade de licitação.
- 41** A decisão da autoridade superior foi acertada, porque não há previsão legal para contratação direta no caso em apreço.

A Constituição Federal de 1988 prevê que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade (...)”. Acerca do conteúdo desse dispositivo, julgue os itens que se seguem.

- 42** Embora garanta o recebimento de informações, o texto constitucional expressamente ressalva as informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- 43** O acesso à informação pública decorre do direito à publicidade, que, assim como todo direito fundamental, é absoluto.
- 44** Segundo a tradicional classificação da aplicabilidade das normas constitucionais, o citado preceito constitucional é considerado norma de eficácia contida.

No que diz respeito às disposições constitucionais acerca da educação, julgue os itens seguintes.

- 45** Compete privativamente à União legislar sobre educação.
- 46** O salário mínimo, direito do trabalhador urbano, rural e doméstico, deve ser capaz de atender suas necessidades vitais básicas e às de sua família, inclusive com educação.
- 47** A norma constitucional que prevê o direito à educação como um direito social é uma norma de eficácia limitada do tipo programática.

De acordo com as Leis n.º 8.112/1990, n.º 8.429/1992 e n.º 12.846/2013, julgue os itens a seguir.

- 48** Conforme a Lei n.º 12.846/2013, a responsabilidade da pessoa jurídica pela prática de atos contra a administração pública é mantida ainda que haja alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.
- 49** Aquele que exerce função pública transitoriamente e sem remuneração não está sujeito às sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, previstas na Lei n.º 8.429/1992.
- 50** De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal por inexistência de provas.

**Espaço livre**

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

Julgue os próximos itens, considerando as Leis n.º 6.404/1976, n.º 11.638/2007, n.º 11.941/2009 e n.º 12.249/2010.

- 51** A fiscalização do exercício da profissão contábil é atribuição exclusiva dos conselhos regionais de contabilidade.
- 52** Cumpridos os requisitos legais, a reserva de capital pode ser utilizada para resgate de partes beneficiárias.
- 53** Uma das alterações promovidas na legislação societária foi a classificação, no balanço patrimonial, do ativo em circulante e não circulante, sendo extinto o ativo permanente.
- 54** Obedecidos as normas e os dispositivos legais aplicáveis, as contrapartidas a aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo ou do passivo, devido a sua avaliação a valor justo, são realizadas em conta de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, até que possam ser efetivadas em conta de resultado do exercício, em obediência ao regime de competência.

No que se refere à elaboração da demonstração de fluxos de caixa pelos métodos direto e indireto, julgue os itens seguintes.

- 55** Os fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento podem ser apresentados em bases líquidas, em situações específicas previstas nos normativos.
- 56** Equivalentes de caixa são numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis.
- 57** A aplicação do método direto na apuração do fluxo líquido das atividades operacionais dispensa a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido dessas atividades.
- 58** Ganhos obtidos com a venda de ativos originalmente utilizados com o objetivo de gerar renda de aluguel integram os fluxos de caixa das atividades operacionais.

No que diz respeito aos critérios para elaboração do balanço patrimonial, julgue os itens a seguir.

- 59** Ausente o direito, na data do balanço, de diferimento da liquidação de uma obrigação por, pelo menos, doze meses após a data do balanço, o passivo será classificado como circulante.
- 60** Considere que, ao final de um exercício social, uma entidade tenha contraído, junto a um fornecedor, uma obrigação a ser quitada em 18 meses, mas que, para se beneficiar de um desconto por quitação antecipada, a entidade tenha previsto liquidar a obrigação até o final do exercício seguinte. Nessas condições, a obrigação deverá, desde seu reconhecimento inicial, ser classificada no passivo circulante.
- 61** O grupo investimentos deve evidenciar todas as participações societárias da entidade avaliadas pelo método do valor justo em outros resultados abrangentes.

No corrente exercício, uma entidade apurou mais tributo do que deveria pagar, em função de um evento temporário. Em virtude disso, a entidade gerou um ativo fiscal diferido em montante de R\$ 45 mil. A previsão é que o ativo diferido gere benefícios por período superior a um exercício social. A entidade divide seus ativos em circulantes e não circulantes, conforme determina a legislação societária.

A partir da situação hipotética precedente, julgue o próximo item.

- 62** A entidade deverá segregar o ativo fiscal gerado em circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de aproveitamento do crédito.

Julgue os itens subsequentes, a respeito das demonstrações do resultado do exercício e do resultado abrangente.

- 63** Considere que, em determinado exercício social, uma entidade não tenha incorrido em nenhum outro resultado abrangente além daqueles apresentados em sua demonstração do resultado do exercício. Apesar disso, nessa situação, a apresentação de uma demonstração zerada de outros resultados abrangentes é requerida.
- 64** Alternativamente ao método obrigatório, o resultado do período poderá ser segregado em valores atribuíveis aos sócios controladores e aos não controladores.
- 65** Entre os outros resultados abrangentes devem ser evidenciados os ganhos e as perdas decorrentes de desconhecimento de ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado.
- 66** Na reclassificação de um ativo financeiro da categoria mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes para a categoria mensurado ao valor justo no resultado, os ganhos ou as perdas acumulados antes da reclassificação devem ser transferidos para o resultado do período.

Na tabela a seguir, que representa o balanço patrimonial de uma empresa, 20X0 é o ano inicial, 20X1 é o ano final do período em análise, e os valores estão em reais.

Tendo como referência as informações precedentes, julgue os itens que se seguem.

- 67** O risco da entidade para investidores é maior no final do período analisado que no início.
- 68** Em ambos os anos analisados, os recursos onerosos de terceiros financiaram mais de 40% dos investimentos.
- 69** Durante todo o período analisado, o indicador de composição das exigibilidades manteve-se inferior a 70%.
- 70** Na comparação entre o início e o fim do período em análise, houve redução no uso de fontes de terceiros para financiar os investimentos.

Com relação à análise vertical e horizontal de demonstrações financeiras, julgue os itens subsequentes.

- 71** O grau de imobilização do ativo emprega a mesma metodologia da análise vertical.
- 72** A análise horizontal é um bom método para avaliar se a dependência da entidade em relação aos capitais de terceiros é significativa em um dado exercício.
- 73** Tanto a análise vertical como a análise horizontal de demonstrações financeiras têm caráter dinâmico, uma ao longo dos exercícios sociais, e outra dentro de um mesmo exercício.

Acerca de sistema de contabilidade federal, noções gerais da contabilidade pública, patrimônio e transações no setor público, julgue os itens a seguir.

- 74** O reconhecimento de uma variação patrimonial aumentativa é registrado concomitantemente à ocorrência do fato gerador da receita pública, não havendo possibilidade de que esse reconhecimento ocorra posteriormente à arrecadação desta.
- 75** O Sistema de Contabilidade Federal visa a evidenciar a situação financeira, operacional e patrimonial da União bem como prover o planejamento do orçamento federal.
- 76** Impostos, taxas e contribuições de melhoria são contabilizados como variações patrimoniais qualitativas aumentativas.
- 77** No campo de atuação da contabilidade pública, incluem-se tanto as empresas públicas como as sociedades de economia mistas que sejam consideradas empresas estatais dependentes.

Julgue os itens subsequentes, a respeito das transações no setor público e do registro contábil das receitas.

- 78** São considerados como dedução de receita orçamentária os recursos que o ente público tenha a competência de arrecadar, mas que pertencem a outro ente, assim como valores recebidos a maior, como a parcela do imposto de renda retido na fonte além do devido pelas pessoas físicas e jurídicas, mas que deve ser restituído ao contribuinte.
- 79** A receita orçamentária realizada tem natureza contábil credora, por isso é registrada no grupo 6 do plano de contas do setor público quando de seu recebimento efetivo, momento em que também são debitadas a conta caixa e a equivalente de caixa, sendo esta última de natureza patrimonial.
- 80** Os registros das transferências voluntárias entre entes governamentais podem ser contabilizados pelo ente transferidor como uma despesa ou como uma dedução de receita.
- 81** Os restos a pagar não processados referem-se a despesas empenhadas pendentes de liquidação e pagamento.
- 82** A previsão de receitas antecede à fixação do montante de despesas que irão constar nos orçamentos anuais, servindo, também, como base da estimativa das necessidades de financiamento do governo.

Em relação aos registros contábeis e ao plano de contas aplicado do setor público (PCASP), julgue os itens que se seguem.

- 83** O lançamento contábil seguinte refere-se ao registro de uma variação patrimonial diminutiva (débito), em face da redução de um ativo (crédito).

Natureza da informação: patrimonial

D 3.x.x.x.x.xx.xx Redução ao valor recuperável de intangíveis

C 1.x.x.x.x.xx.xx (-) Redução ao valor recuperável de intangível

- 84** Nos registros contábeis, a verificabilidade é a característica da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos, o que representa a qualidade da relação entre dois ou mais itens de informação.
- 85** As contas orçamentárias de crédito empenhado liquidado e crédito empenhado pago possuem a mesma natureza e pertencem à mesma classe de contas no PCASP.
- 86** O ato da inscrição de um crédito em dívida ativa configura fato contábil aumentativo que altera positivamente o valor do patrimônio líquido do ente público, em face do reconhecimento de um direito de longo prazo no ativo.

Tendo em vista as regras para as demonstrações contábeis do manual de contabilidade aplicado ao setor público (MCASP), e as receitas e despesas públicas, julgue os itens seguintes.

- 87** Receita orçamentária efetiva é aquela registrada no momento dos ingressos de disponibilidades no caixa do tesouro, como a das operações de crédito.
- 88** No balanço orçamentário, ocorrendo um déficit, este será demonstrado pela diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas.
- 89** A ocorrência de uma despesa orçamentária efetiva reduz a situação líquida patrimonial da entidade, por isso constitui fato contábil permutativo.
- 90** Os atos potenciais, resultantes ou independentes da execução orçamentária, que possuem natureza de informação de controle, são integrantes da demonstração das variações patrimoniais.
- 91** A demonstração das variações patrimoniais de um órgão público que não consolida balanços de outros entes não exclui as contas intraorçamentárias.

Julgue os próximos itens, a respeito de regras básicas para a execução orçamentária e financeira, plano de contas, custos, sistema de administração financeira (SIAFI) e suprimentos de fundos.

- 92** Uma despesa executada por meio de suprimento de fundos, a qual é uma espécie de adiantamento de recursos financeiros para que um servidor público execute gastos em nome do órgão a que pertence, deve ser sempre precedida de licitação.
- 93** O lançamento contábil a seguir pode ser admitido para representar a aquisição de material de consumo por um determinado órgão da administração direta, sem autorização orçamentária, por meio de aceite de uma nota promissória no valor de R\$ 5.000,00.

Reconhecimento do passivo

Natureza da informação: patrimonial

D 1.x.x.x.x.xx.xx Almoxarifado (P) 5.000,00

C 2.x.x.x.x.xx.xx Fornecedores e contas a pagar a curto prazo (P) 5.000,00

- 94** O sistema de informação de custos do governo federal é um sistema gerencial e de processamento de transações orçamentárias e financeiras destinado à apuração dos custos das operações realizadas no SIAFI e no sistema de administração de pessoal (SIAPE).
- 95** Na liquidação de uma despesa, a nota da dotação representa o documento de entrada que habilita o gestor a registrar a obrigação de pagamento decorrente do passivo assumido pela prestação de serviço pela empresa contratada mediante licitação.
- 96** No plano de contas aplicado ao setor público (PCASP), os custos das mercadorias vendidas, as variações patrimoniais diminutivas e os controles de aprovação do orçamento são registrados em contas de natureza devedora.

Em relação às abordagens clássica, burocrática e sistêmica da administração, julgue os itens a seguir.

- 97** A administração burocrática, segundo Weber, corresponde a um sistema que busca organizar, de forma estável e duradoura, a cooperação de poucos indivíduos, cada um detendo funções semelhantes.
- 98** Os adeptos da abordagem sistêmica na administração defendem a seleção de alguns sistemas sociais a serem estudados quanto à manutenção, ao atingimento de metas, à adaptabilidade e à integração.
- 99** O pensamento central da escola clássica pode ser sintetizado na afirmação de que o profissional será um bom administrador à medida que seus passos forem planejados, organizados e coordenados de maneira cuidadosa e racional.

No que se refere à evolução da administração pública no Brasil após 1930, às reformas administrativas e à nova gestão pública, julgue os próximos itens.

- 100** A reforma administrativa para a implantação da administração pública gerencial começou a ser discutida no país em 1980.
- 101** Em 1930, ocorreu a consolidação do modelo de administração burocrática no Brasil, iniciada, ainda no século XIX, por Dom Pedro II.
- 102** O Estado social percebe o cidadão como titular de direitos sociais, e o aparelho estatal como uma fonte de atendimento às necessidades a ele associadas.
- 103** A crise do Estado no início dos anos 1980 e a posterior crise da União Soviética e das economias dos regimes do Leste Europeu fizeram a efetividade do Estado social ser questionada.

A respeito das funções da administração, julgue os itens subsequentes.

- 104** A função controle mede, regula ou corrige o desempenho da organização e dos recursos utilizados para o atingimento dos objetivos organizacionais.
- 105** O planejamento é uma atividade constante nas organizações bem-sucedidas, configurando-se como a primeira das funções administrativas que compõem o processo administrativo.

Acerca da estrutura organizacional, julgue os itens subsequentes.

- 106** A departamentalização permite a criação de órgãos que abrangem a combinação de recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos, sem representar um papel específico ou focar o alcance do planejamento da organização.
- 107** O organograma consiste na representação gráfica da estrutura organizacional, da superposição de órgãos, de forma a representar os órgãos que têm maior ou menor autoridade hierárquica em relação aos demais.

Em relação à cultura organizacional, julgue os itens que se seguem.

- 108** A cultura organizacional compõe-se apenas de comportamentos aprendidos que sejam visivelmente manifestos.
- 109** O estudo do que é ensinado aos novos membros de um grupo é uma forma de conhecer aspectos superficiais de determinada cultura.
- 110** Valores expostos constituem regras implícitas, não escritas, vulgarmente conhecidas como “macetes”, que o iniciante deve aprender para ser aceito como membro de uma organização.

Considerando que qualidade é definida como a totalidade das características de uma entidade que lhe confere a capacidade de satisfazer necessidades explícitas e implícitas dos clientes, julgue os seguintes itens, a respeito da gestão da qualidade.

- 111** As sete ferramentas para o controle estatístico de qualidade desenvolvidas por Ishikawa são as seguintes: folha de verificação; estratificação; diagrama de Pareto; histograma; diagrama de Ishikawa; diagrama de dispersão; e gráfico de controle de processos, ou de Shewhart.
- 112** O controle de qualidade envolve técnicas e atividades operacionais que visam satisfazer os requisitos da qualidade.

Em relação ao comportamento organizacional, julgue os itens que se seguem.

- 113** O comportamento organizacional só pode ser compreendido a partir do estudo de indivíduos e grupos em organizações de grande porte, não sendo, portanto, possível sua percepção em ambientes de trabalho de pequenas e médias empresas.
- 114** A motivação corresponde às forças responsáveis pelo nível, pela direção e pela persistência do esforço que uma pessoa dispense no trabalho.

No que diz respeito à gestão de processos, julgue os itens a seguir.

- 115** A modelagem de processos abrange a identificação, o mapeamento, a análise e o redesenho dos processos.
- 116** A análise de processos é acompanhada de várias técnicas, entre as quais se incluem mapeamento, entrevistas e simulações.

Acerca da administração direta e indireta federal, julgue os próximos itens.

- 117** A CAPES é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação.
- 118** A administração federal direta possui personalidade jurídica própria, sendo composta pelos ministérios e pelas empresas estatais a eles vinculadas.

A respeito dos atos administrativos, julgue os itens que se seguem.

- 119** Entre os atributos dos atos administrativos está o da autoexecutoriedade, que consiste na obrigação de a administração pública utilizar-se da supremacia do interesse público sobre o privado para criar, unilateralmente, obrigações para si e para o particular, sem necessitar da anuência deste.
- 120** Os atos nulos são aqueles que apresentam defeitos graves insuscetíveis de convalidação, os quais tornam obrigatória a sua anulação.

**Espaço livre**